

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL (DA FAZENDA PÚBLICA) DA COMARCA DE _____.

Nome, brasileiro, solteiro, profissão, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____.____.____ - __, portador do RG _____, residente e domiciliado na Rua _____, n.º __, bairro, cidade, UF, por seu advogado e procurador infrafirmado, com escritório profissional na Rua, n.º, nesta cidade, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente perante V. Ex.a., nos termos dos artigos 273, 282 e 585, § 1.º, do Código de Processo Civil, e artigo 38 da Lei 6.830/80, propor a presente

**AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO
COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**

em face da MUNICIPALIDADE DO ESTADO DE _____,
pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I - DOS FATOS

O autor é proprietário de imóvel no município de _____
localizado na _____(endereço do imóvel).

Ocorre que, a Municipalidade de _____ expediu decreto alterando os valores venais dos imóveis para fim de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana em proporções muito acima da correção monetária oficial no período.

Em decorrência disso, o autor recebeu em sua residência aviso de lançamento do IPTU calculado sobre o valor venal do imóvel determinado pelo decreto e, inconformado com a ilegal da medida, ingressou com a presente ação.

II – DO DIREITO

É vedada no Ordenamento Jurídico Brasileiro a majoração de tributos senão por força de lei. Tal previsão é expressa no artigo 150, I, da Constituição nos seguintes termos:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

Esta é a mesma previsão trazida pelo artigo 97, II, do Código Tributário Nacional.

Logo, a alteração dos valores venais dos imóveis somente poderia ser realizada por meio da elaboração de Lei e não por meio de decreto como feito pela municipalidade, sendo este último instrumento normativo inconstitucional.

Além da inconstitucionalidade evidente apresentada pela norma decretada, vale ainda ressaltar o vício presente nos índices de reajuste aplicados na correção dos valores venais dos imóveis. Jamais a correção monetária dos valores venais dos imóveis pode ser maior que os índices oficiais de reajuste para o mesmo período.

Esta previsão está já pacificada no Superior Tribunal de Justiça conforme nota-se na súmula abaixo transcrita:

Súmula 160. É defeso, ao município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

Resta evidente, pelo instrumento de lei empregado, e pelo índices de correção aplicados a ilicitude da medida adotada pela municipalidade no reajuste dos valores venais dos imóveis.

III - DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

O artigo 273, I, do Código de Processo Civil permite que seja antecipada a tutela desde que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, e exista prova inequívoca e verossimilhança do alegado na petição inicial.

No presente caso é evidente a inconstitucionalidade da medida pela violação do artigo 150, I, da Constituição Federal e a ilegalidade do ato pela violação do artigo 97, II, do Código Tributário Nacional.

O perigo de dano irreparável está presente na iminente inscrição na dívida ativa, o que, inevitavelmente, acarretaria na execução fiscal baseada em fundamentos ilícitos, ou obrigaria o pagamento do questionado valor, para posterior restituição pelo extremamente tortuoso caminho do "solve et repete".

E tratando-se de matéria tributária, onde a obrigação consiste em pagamento em dinheiro, a reversibilidade da concessão faz-se evidente, bastando para tal a retomada da exigibilidade do tributo.

Com isso, é clara a pertinência da concessão da tutela antecipada, nos moldes do previsto no Código de Processo Civil.

IV - DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer-se:

a) que seja julgada procedente a presente ação, com a declaração de inexistência da relação jurídico-tributária entre as partes, no que concerne à exigência de pagamento de IPI com a alíquota majorada incidente sobre a fabricação de cabides de aço no Estado de São Paulo, por ser inconstitucional tal exigência;

- b) a concessão da tutela antecipada, com suspensão da exigibilidade do tributo;
- c) a citação da ré, na pessoa de seu representante judicial;
- d) a condenação da ré no pagamento das verbas de sucumbência;
- e) produção de provas por todos os meios admitidos em direito, principalmente provas documentais.

Dá-se à causa o valor de R\$ _____ (_____).

Nestes termos

Pede deferimento

Cidade, ____ de _____ de 20__.

Assinatura

Nome do Advogado

Oab